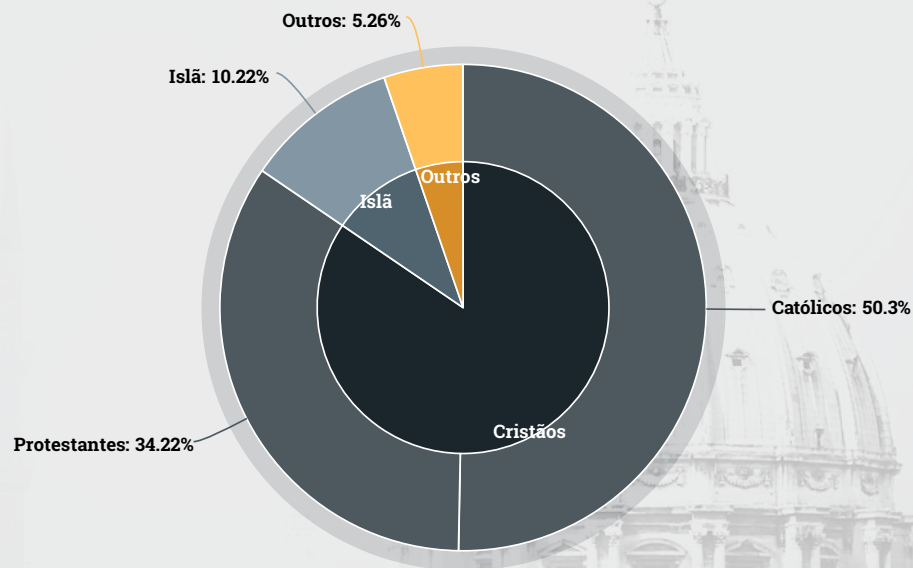
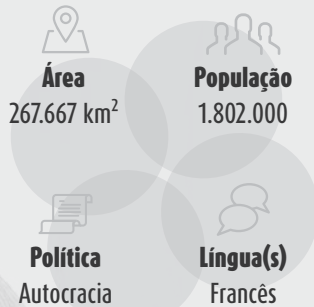


Gabão



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição de 1991 da República do Gabão, alterada em agosto de 2003, reconhece no seu primeiro artigo “a liberdade de consciência, de pensamento, de opinião, de expressão, de comunicação e da prática livre da própria religião, não obstante o respeito pela ordem pública”. Foi por causa desta reserva legal que, em abril de 2012, o Ministério da Administração Interna proibiu uma Igreja chamada “Plenitude Exode”, após receber inúmeros relatos de perturbações públicas por causa dos elevados níveis de ruído durante as suas cerimônias noturnas de oração.^[1] A Constituição também consagra o carácter secular do Estado. O mesmo artigo 1º garante “o direito a formar associações e comunidades religiosas de acordo com as condições estabelecidas pela lei”, e afirma que “as comunidades religiosas devem administrar os seus assuntos de forma independente, sob reserva do respeito para com a soberania nacional e a ordem pública”. Finalmente, todos os atos de discriminação, incluindo violações da liberdade religiosa, são proibidos, independentemente da causa.

Nenhum registro oficial de grupos religiosos é obrigatório, embora o Governo aconselhe as denominações religiosas a registrarem-se para gozarem de todas as

proteções constitucionais. O Ministério do Interior mantém um arquivo de todos os grupos religiosos registrados. Estes grupos estão isentos de terem que se candidatar para receber autorizações de construção. Também podem requerer um certificado de isenção fiscal assim que obtiverem o reconhecimento oficial como organizações sem fins lucrativos. Caso um grupo religioso não cumpra com estes procedimentos, pode ainda assim realizar as suas atividades, mas será obrigado a pagar tarifas alfandegárias para qualquer importação e não estará isento de pagar impostos.

O Gabão é membro da Conferência Islâmica (com base no fato dos seus líderes serem muçulmanos). No entanto, apesar de constitucionalmente ser um estado secular, foi o primeiro país africano a assinar um acordo total com a Santa Sé, em 1977, que ainda está em vigor.^[2] Este documento reconhece direitos jurídicos totais à Igreja Católica e a todas as suas instituições, e concede o reconhecimento civil de todos os casamentos canônicos.

Os principais grupos religiosos, católicos, protestantes e muçulmanos, são proprietários e gestores de escolas primárias e religiosas. Estes centros devem ser registrados junto do Ministério da Educação.

As seguintes festas religiosas são observadas como dias feriados: Todos os Santos, Ascensão, Assunção de Nossa Senhora, Natal, Domingo de Páscoa, Segunda-feira de Páscoa, Pentecostes, Eid al-Fitr e Eid al-Kebir.

[1] <http://gabonreview.com/blog/pollution-sonore-a-libreville-le-silence-des-autorites/>

[2] <http://www.zenit.org/fr/articles/historique-des-concordats-et-accords-conclus-par-le-saintsieg>

INCIDENTES

Nos últimos anos, à medida que eclodiram tensões políticas no Gabão, as relações entre o Governo e o Arcebispo Basil Mvé de Libreville pioraram. O arcebispo costumava ter excelentes relações com o ex-presidente da República, Omar Bongo. Desde a eleição do presidente em 2009 que se relata que Ali Bongo tem olhado para a Igreja Católica com desconfiança, considerando-a como reduto da etnia Fang, a maior no país e a etnia à qual muitos líderes da oposição pertencem.^[3]

Um dos privilégios da Igreja Católica é que lhe é concedido tempo de antena gratuito na televisão estatal, um benefício que foi muitas vezes contestado por outros grupos religiosos minoritários que não gozam deste direito. Muitos dos líderes políticos do Gabão pertenceram tradicionalmente a grupos maçônicos e isso é visto como a explicação para a sua atitude de neutralidade para com os grupos religiosos.^[4]

Um decreto de 1970 que proíbe as Testemunhas de Jeová continua em vigor, pelo menos na teoria. Contudo, na prática, os membros deste grupo praticam a sua religião sem qualquer restrição e podem envolver-se em proselitismo.

Em 20 de dezembro de 2014, a Frente Unida da Oposição para a Mudança organizou uma manifestação em Libreville para protestar contra o presidente Ali Bongo. As forças de segurança dispersaram as multidões em Carrefour Rio e alguns líderes da oposição refugiaram-se na vizinha igreja de São Miguel, no bairro de Nkembo. A polícia entrou na igreja, usou de força para retirar os manifestantes do complexo e os deteve.^[5]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Em comum com muitos outros países da região da África Central, o Gabão está vivendo tensões políticas e sociais crescentes. No entanto, até agora não foram detectadas qualquer tendência que mostre que estas circunstâncias tiveram um efeito negativo na liberdade religiosa, um direito que o país sempre defendeu.

[3] Entrevista do autor com vários sacerdotes católicos em Libreville.

[4] <http://www.jeuneafrique.com/Articles/Dossier/JA2726p022.xml0/congo-tchad-gabon-togoafrique-les-nouveaux-francs-macons.html>

[5] <http://observers.france24.com/fr/20141222-infos-intox-week-end-protestation-libreville>